

A EDUCAÇÃO DOS CORPOS, DOS GÊNEROS E DAS SEXUALIDADES E O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE*

Dra. SILVANA VILODRE GOELLNER

Doutora em Educação pela Unicamp

Professora do Curso de Educação Física da UFRGS

Coordenadora do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS

Resumo | Este texto propõe uma discussão acerca da pluralidade dos corpos, gêneros e sexualidades. Encontra sua fundamentação teórica nos estudos de gênero, história do corpo e feminismo pós-estruturalista com o objetivo de indicar o quanto esses marcadores sociais interferem na construção da identidade dos sujeitos. Por fim, sugere que essas questões sejam consideradas no desenvolvimento de proposições pedagógicas no contexto da escola e fora dela, buscando, sobretudo, o reconhecimento e respeito pela diversidade.

Palavras-chave | Corpo; gênero; sexualidade.

* Este texto foi originalmente escrito para integrar a publicação *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*, organizada por Amauri Bassoli de Oliveira e Giana L. Perin (2009). A versão aqui apresentada contempla pequenas alterações, em especial, na introdução ao tema.

INTRODUÇÃO

Na agenda política e pedagógica de muitos projetos educacionais, o termo diversidade tornou-se lugar-comum. Sob essa denominação agrupam-se perspectivas inclusivas orientadas pelo reconhecimento de que os sujeitos são diferentes não apenas porque pertencem a classes sociais distintas, mas, sobretudo, porque produzidos também a partir de outros marcadores identitários, tais como gênero, geração, raça/etnia, sexualidade, capacidade física, entre outros.

Reconhecer a diversidade significa aceitar a ideia de que ser diferente não significa ser desigual, pois, em nome desses marcadores identitários, muitos sujeitos têm sido excluídos de vários direitos sociais, inclusive o acesso e a permanência ao esporte e ao lazer.

Considerando a importância da intervenção pedagógica de profissionais que atuam no campo das práticas corporais e esportivas, este texto busca fornecer alguns subsídios teóricos acerca de questões relacionadas aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, com o intuito de alertar para a necessidade de reconhecermos a diversidade e, ao fazê-lo, promovermos situações nas quais esta seja respeitada.

OS CORPOS, OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES

No livro, *Sociologia do corpo*, David Le Breton faz uma afirmação bastante significativa para entendermos o corpo como o local de construção de nossa identidade, quando expressa: “a existência é corporal” (LE BRETON, 2006, p. 24).

Essa expressão, por si só, já traduz muito do que precisamos apreender para pensarmos o corpo: ele não é algo que *temos*, mas algo que *somos*. Portanto, não há como falar de corpo sem falar de nós mesmos, de nossa subjetividade, daquilo que somos ou que gostaríamos de ser. Quando dizemos *corpo*, estamos-nos referindo não somente à materialidade biológica que nos constitui, mas a nós mesmos. Afinal,

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também

a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2008, p. 28).

Essa maneira de olhar para o corpo implica entendê-lo não apenas como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como produto de um intrínseco inter-relacionamento entre natureza e cultura. Em outras palavras: o corpo não é algo que está dado *a priori*. Ele resulta de uma construção cultural sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos etc.

Essa afirmação leva a pensar, por exemplo, que nem mesmo aquilo que é dado como *natural* do corpo existe sem a intervenção da cultura. Pensemos: ter fome ou sede, por exemplo, são necessidades biológicas que se expressam na materialidade do corpo. Podemos dizer, então, que todas as pessoas, se não se alimentarem, sentirão a sensação da fome e que esta, além de ser da natureza do corpo, é universal. No entanto, se analisarmos com mais atenção, perceberemos que são bastante diversos os motivos pelos quais sentimos essas necessidades ou ainda os produtos que poderão saciá-las.

Talvez na nossa cultura não tenhamos desejo de comer um cão (como fazem os coreanos), assim como muitas pessoas não têm sede de tomar um chimarrão (hábito comum aos gaúchos). Da mesma forma, podemos pensar que o que faz chorar ou rir é diferente entre os grupos sociais, entre as culturas e entre os tempos. Como também são absolutamente diversas as referências sobre limpeza, saúde, desejos sexuais, beleza, *performance* física etc.

Diante dessas questões como imaginar que o corpo existe independentemente da cultura na qual ele vive? Como acreditar que sua natureza, por si só, garante sua formação e desenvolvimento? Nosso corpo revela o tempo no qual foi educado e produzido, razão pela qual, ao mesmo tempo em que somos diferentes, somos também muito pare-

cidos. Um exemplo disso é que, nos dias atuais, dificilmente encontramos uma mulher usando um espartilho com fins estéticos, como acontecia, por exemplo, no final do século XIX e início do XX, ou seja, nenhuma menina hoje é educada a suportar os apertos de um espartilho de forma que sua ação sobre o corpo lhe confira um formato que, naquele tempo, era considerado desejável. Os constrangimentos corporais são outros.

Com isso estou afirmando que o corpo é educado por meio de um processo contínuo e minucioso, cuja ação vem conformando formas de ser, de parecer e de se comportar. Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização com os quais nos deparamos, cotidianamente, com recomendações, como, por exemplo, sobre o vestuário, a alimentação, o comportamento, a aparência, os gestos, a movimentação, as práticas sexuais, a saúde, a beleza, a qualidade de vida. Educa-se o corpo também no esporte, no lazer e nos projetos sociais.

Ainda sobre o corpo, outra questão merece ser refletida: Se não existe um corpo dotado de uma essência universal, é possível falar de uma educação “do corpo”? Não seria mais adequado usarmos o seu plural “dos corpos”?

Cabe esclarecer: ainda que algumas vezes o termo *corpo* apareça no singular, quando sua análise se orienta pela perspectiva cultural, não há a menor dúvida que se está falando de corpos que são observados nas suas especificidades e singularidades: corpos infantis, jovens, adultos, envelhecidos, brancos, não brancos, pobres, femininos, masculinos, obesos, anoréxicos, saudáveis, doentes, católicos, umbandistas, homossexuais, heterossexuais, com necessidades especiais, atléticos... enfim, corpos múltiplos, ambíguos, inconstantes e diferentes.

Essas distinções resultam de construções culturais plurais, pois cada cultura elabora corpos desejáveis e/ou corpos não desejáveis. Os desejáveis são aqueles que estão adequados às representações que cada cultura elege como sendo assim. Na nossa sociedade seriam, por exemplo, os corpos magros, saudáveis, malhados, heterossexuais e jovens. Já os corpos indesejáveis são inúmeros e, de acordo com o tempo e lugar,

multiplicam-se em gordos, feios, andróginos, drogados, velhos, deficientes, flácidos, inaptos, lentos, *gays* e tantos outros adjetivos que, ao serem nomeados, não expressam apenas uma diferença mas, sobretudo, uma desigualdade.

Se os corpos são diferentes, é necessário pensar, ainda, que os gêneros e as sexualidades também o são. Essas marcas se inscrevem também nos corpos e, além disso, constituem a identidade dos sujeitos.

Por *gênero* entende-se a condição social por meio da qual nos identificamos como masculinos e femininos. É diferente de *sexo*, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O *gênero*, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino¹. Em outras palavras, o corpo é *generificado*, o que implica dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele.

Se estamos cientes de que o *gênero* é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino, não existe *naturalmente*. Foi construído assim e por esse motivo não é, desde sempre, a mesma coisa. Há algum tempo, por exemplo, um homem que usasse cabelos compridos e brincos provavelmente teria a sua masculinidade questionada, visto que essas *marcas* eram consideradas femininas. Nos dias de hoje essa suspeição já não se aplica porque os brincos fazem parte dos adornos corporais de brasileiros e brasileiras, assim como o uso de cabelos compridos, curtos, coloridos etc.

Esse exemplo ajuda a pensar outra questão importante sobre os *gêneros*. O que é mesmo masculino e feminino? Será que podemos referir-nos a esses termos no singular ou não poderíamos pensar que existem diferentes formas de viver as masculinidades e as feminilidades? Será que há formas fixas de assim ser e parecer?

1. Sobre o conceito de gênero e seus desdobramentos, sugere-se a leitura dos seguintes textos: Scott (1995), Louro (1999), Nicholson (2000) e Meyer (2008).

De acordo com a teorização feminista pós-estruturalista, esse binarismo não existe, pois masculinidade e feminilidade se definem reciprocamente, visto não existir nenhuma essência *a priori* determinada para uma e outra identidade. Essas identidades, ao contrário, são produzidas na cultura, não havendo uma fixidez na sua produção. Do mesmo modo podemos pensar que não existe a categoria *homem* e a categoria *mulher* isoladamente. Os sujeitos são homens e mulheres plurais porque são de diferentes etnias, classes sociais, religiões, idades etc. Um homem negro, jovem, atlético, *gay* e pobre apresenta, em seu corpo, marcas muito distintas, por exemplo, de um homem branco, rico, evangélico, heterossexual e deficiente físico.

Com relação à sexualidade, penso ser importante considerá-la tal como explicita Weeks (1999), como algo que envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que permitem a homens e mulheres viverem, de determinados modos, seus desejos e seus prazeres corporais. Nesse sentido, o termo *orientação sexual* é utilizado para contemplar a diversidade de possibilidades de viver a sexualidade, pois significa a orientação que cada sujeito dá ao exercício da sua sexualidade. Em outras palavras: “a direção ou a inclinação do desejo afetivo e erótico” (BRASIL, 2007), que não necessariamente está dirigido para a heterossexualidade. A sexualidade também é plural, o que implica afirmar a inexistência de um único modo correto, estável, desejável e sadio de vivenciá-la. Vale lembrar que uma mesma pessoa, ao longo de sua vida, pode apresentar mais de uma identidade sexual, ou seja, ser heterossexual, homossexual ou bissexual etc. Essas identidades são culturalmente construídas e, na nossa cultura, referem-se às formas como os sujeitos vivem sua sexualidade, que pode ser com pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou, ainda, com ambos os sexos.

Ao chamar a atenção para que estejamos atentos e atentas a essa *diversidade*, busca-se enfatizar que, de maneira geral, questões afetas ao *gênero* e à *sexualidade* são silenciadas ou, quando mencionadas, não raras vezes, são referidas a partir daquilo que é representado como sendo o *normal*, *desejável* e *aceitável*.

RECONHECENDO A DIVERSIDADE

Considerando que os sujeitos são plurais, como, então, trabalhar em sua diversidade?

Quando se fala em *inclusão* na educação dos *corpos*, dos *gêneros* e das *sexualidades*, afirma-se que os sujeitos são plurais e que essa *pluralidade* deve ser valorizada e aceita nas suas singularidades. Para tanto é necessário, de antemão, rejeitar os rótulos que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, enredando-os em representações que os nomeiam como feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente, normal ou desviante, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual. Precisamo-nos dar conta de que práticas como essas reforçam *discriminações* e *exclusões*, ao invés de ampliar possibilidades de intervenção junto aos sujeitos, possibilitando que, por meio das práticas corporais e esportivas, possam exercer sua cidadania e liberdade constituindo-se como sujeitos sociais.

Nesse sentido, quero chamar a atenção para a necessidade de refletirmos e problematizarmos o caráter *natural* atribuído ao *corpo*, ao *gênero* e à *sexualidade*, pois, em nome dessa *natureza*, por vezes não identificamos atitudes discriminatórias e, conseqüentemente, de exclusão, inclusive no desenvolver das atividades que buscam educar por intermédio das práticas corporais e esportivas.

Quando se usa o termo *problematizar*, enfatiza-se que é necessário colocar em suspeição algumas *verdades* com as quais nos deparamos cotidianamente, pois provavelmente elas não são assim tão *verdadeiras*. Um bom exercício seria refletirmos, por exemplo, sobre alguns discursos e práticas que circulam na nossa vida cotidianamente e que, se não os *problematizarmos*, estamos contribuindo para reforçá-los. Precisamos colocar em dúvida algumas afirmações que comumente são aceitas em nossa sociedade, tais como²:

2. Parte das reflexões aqui desenvolvidas integram a publicação *Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer*, escrito por Goellner, Votre, Mourão e Figueira (2009).

- 1) A ideia de que a anatomia dos corpos justifica o acesso e a permanência de meninos e meninas em diferentes modalidades esportivas.

É necessário pensar que, muito mais do que as diferenças biológicas entre meninos e meninas, são as diferenças culturais e sociais aquelas que incidem, fortemente, na orientação do que é mais ou menos adequado para um e outro sexo.

- 2) A importância atribuída à aparência corporal como determinante no julgamento que se faz sobre as pessoas.

Precisamos questionar afirmativas, como, por exemplo, uma criança obesa assim o é porque tem preguiça e não faz exercício físico; uma menina que usa boné, bermuda larga e tatuagem tem aparência masculinizada e deve ser homossexual; um menino que fala baixo e apresenta gestos delicados é *gay*, entre outros.

- 3) A ênfase na beleza como uma obrigação para as meninas e mulheres, em função da qual devem aderir a uma série de práticas (pouca alimentação, cirurgias estéticas), inclusive as esportivas.

As meninas precisam ser valorizadas pelo que são e não pela sua aparência. Além disso, o esporte deve ser incentivado em função de outros objetivos, como, por exemplo, socialização, exercício de liberdades, experimentação de situações de movimentação de seu corpo, aprendizagem de técnicas, entre outros, e não apenas voltado para a aquisição da beleza. Essa orientação talvez seja um fator limitador, para que se participe de atividades que envolvam maior força física, potência etc.

- 4) O constante incentivo para que os meninos explicitem, cotidianamente, sinais de masculinidade (brincadeiras agressivas, práticas esportivas masculinizadoras, piadas homofóbicas, narrar suas aventuras sexuais com as meninas etc).

Comportamentos como estes acabam por produzir uma representação de masculinidade que pesa para os meninos, uma vez que necessitam,

constantemente, provar que são *machos*. Esse processo de produção do sujeito masculino pode limitar sua participação em atividades corporais que não sejam *masculinizadoras*.

- 5) A representação de que existe um estereótipo masculino e um feminino.

Precisamos dar conta de que existem diferentes formas de viver as masculinidades e feminilidades, e isso precisa ser respeitado. A escolha, por exemplo, de um menino em não jogar futebol não implica *naturalmente* que deixe de ser masculino ou que seja *gay*.

- 6) A percepção de que a maneira correta de viver a sexualidade é a heterossexual. Outros modos são desvios, doenças, aberrações e precisam ser corrigidas.

Vale lembrar que, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) eliminou a palavra homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID), demonstrando não se tratar de uma doença, mas de uma possibilidade de viver a sexualidade. Possibilidade essa que deve ser respeitada e que não pode tornar-se um impeditivo para a adesão dos sujeitos às práticas esportivas.

- 7) A aceitação e mesmo o incentivo a atitudes que expressem *homofobia*, termo utilizado para fazer referência ao desprezo, ódio e mesmo violência dirigido às pessoas homossexuais.

É necessário considerar que a homofobia acontece também em forma de brincadeiras, piadas, comentários etc. Essa atitude pode gerar um afastamento de jovens homossexuais das atividades propostas, visto que, frequentemente, são alvos de práticas dessa natureza.

- 8) A identificação de que algumas práticas corporais e esportivas devem ou não devem ser indicadas para meninos e/ou meninas, pois não correspondem ao seu gênero.

Essa “inadequação” pode proporcionar atitudes que limitam a participação de meninos e meninas em atividades que gostariam de

vivenciar. A atenção para essa questão é importante, pois, ao não se possibilitar essa participação, reforça-se a representação do senso comum de que meninos só gostam de atividades que envolvem força e meninas de atividades que privilegiem flexibilidade. Habilidades e capacidades físicas são adquiridas mediante a prática e não promover situações nas quais possam ser desenvolvidas é privar os sujeitos de diferentes possibilidades de uso de seus corpos.

- 9) A existência de preconceitos e violências que determinados sujeitos sofrem *apenas* por pertencerem à determinada classe social, religião, orientação sexual, identidade de gênero, habilidade física, etnia, entre outros.

O respeito à diversidade cultural, social e sexual deve ser o primeiro passo para uma política inclusiva. Diferença não significa desigualdade e essa só pode ser minimizada se houver iniciativas que promovam atividades coparticipativas, nas quais as diferenças não sejam eliminadas, mas tratadas em suas especificidades.

- 10) O uso de linguagem discriminatória e sexista.

A linguagem é uma forma de expressar atitudes preconceituosas. Ela pode suscitar indicativos que fortalecem o preconceito no que diz respeito às questões de gênero, raça, sexo, entre outras. Deve-se evitar o uso de palavras e expressões que evidenciam esses preconceitos, pois, sempre que são mencionadas, acabam por reforçá-los.

Para além dos itens anteriormente mencionados, poder-se-ia pensar em muitos outros, afinal, todos os dias nos deparamos com situações nas quais a diversidade dos *corpos*, dos *gêneros* e das *sexualidades* não é reconhecida nem respeitada. Cabe a cada um de nós construir, nas suas diferentes práticas pedagógicas, esse respeito pela *diversidade*, pois a vida é muito mais ampla e complexa do que as classificações que comumente encontramos acerca dos sujeitos e de suas identidades.

Para construir uma prática pedagógica inclusiva e diferenciada, é fundamental entender que existem muitos elementos de ordem cultural

que historicamente têm privilegiado determinados indivíduos e grupos em relação a outros, inclusive, no campo do acesso e da permanência nas atividades esportivas. Vejamos alguns deles:

- a) As meninas têm menos oportunidades para o lazer que os meninos, porque, não raras vezes, desempenham atividades domésticas relacionadas ao cuidado com a casa, a educação dos irmãos, entre outras.

Historicamente a educação das meninas é mais direcionada ao espaço privado do que ao público, diferentemente dos meninos, que, desde cedo, são incentivados a ir para a rua (inclusive para trabalhar). Por essa razão é necessário pensar em atividades diferenciadas que estejam adequadas ao tempo livre de meninos e meninas. É necessário planejar os horários das atividades de forma que se contemple essa realidade. Por exemplo, atividades para as meninas em horários nos quais não estejam envolvidas com as lidas domésticas.

- b) Como o esporte é identificado como uma prática viril, quando as meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada em suspeição. Da mesma forma, o menino que não se adapta ao esporte, sobretudo às práticas coletivas, também se coloca em dúvida a sua masculinidade.

Atitudes dessa natureza precisam ser modificadas, pois acabam por restringir a inserção e permanência de meninas e meninos nas mais diferentes possibilidades de vivenciar o esporte.

- c) Existem níveis diferentes de habilidade física entre meninos e meninas.

É necessário, ainda, pensar que também existam diferenças de habilidade entre os meninos e entre as meninas. Essas diferenças resultam não de uma anatomia distinta, mas, sobretudo, de vivências e experiências de movimento diferenciadas desde o nascimento. Razão pela qual devem ser

elaboradas estratégias, a fim de incrementar a participação daqueles(as) considerados(as) menos *habilidosos(as)* para o esporte.

- d) As meninas são menos incentivadas que os meninos por parte da sua família e amigos(as) a participarem de atividades esportivas.

O incentivo menor se dá por questões *culturais* e não *naturais*. Por essa razão é necessário incentivar as meninas a participarem do esporte, o que pode ser feito por meio da oferta de atividades, da valorização de sua participação, do reforço positivo às suas *performances*, enfim, criando estratégias para que elas se sintam desafiadas a permanecer nesse espaço e nele desenvolver suas potencialidades.

- e) Jovens homossexuais (masculinos e femininos) frequentemente se sentem deslocados nas atividades esportivas, pois não são respeitados quanto a sua orientação sexual.

A orientação sexual tem sido, na nossa cultura, um marcador identitário sobre o qual incidem muitos preconceitos. Precisamos deslocar esse foco, pois, afinal, a quem interessa a orientação sexual de uma pessoa se não a ela própria e àqueles(as) com quem se relaciona.

Por fim, qualquer prática pedagógica se faz por meio da intervenção de pessoas concretas, cujas ideias podem tanto reforçar as exclusões, os preconceitos, as violências, quanto minimizá-las. Privilegiar o respeito à diversidade, a aceitação das diferenças e o reconhecimento de que cada sujeito vale pelo que é, independentemente de sua aparência corporal, da cor de sua pele, das marcas de gênero ou da orientação sexual que adota, é tarefa necessária a cada um de nós, o que, indubitavelmente, se traduz em um grande desafio.

REFERÊNCIAS

BRASIL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *Caderno Secad*, Brasília, n. 4, 2007.

GOELLNER, Silvana V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____; VOTRE, Sebastião J.; MOURÃO, Ludmila; FIGUEIRA, Márcia L. M. *Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2009.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEYER, Dagmar E. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-14, 2000.

OLIVEIRA, Amauri A. B.; PERIN, Giana L. *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, Ministério do Esporte, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Recebido: 26 ago. 2009

Approved: 28 set. 2009

Endereço para correspondência
Silvana Vilodre Goellner
Escola de Educação Física – UFRGS
Rua Felizardo, 750 – Jardim Botânico
Porto Alegre – RS
CEP 90690-200
goellner@terra.com.br